

LETRAMENTO RACIAL: VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA PROFISSIONAL DO CAMPO JOSÉ FIDELIS DE MOURA

RACIAL LITERACY: PEDAGOGICAL EXPERIENCES AT THE JOSÉ FIDELIS DE
MOURA RURAL VOCATIONAL SCHOOL

LITTÉRATIE RACIALE: EXPÉRIENCES PÉDAGOGIQUES À L'ÉCOLE
PROFESSIONNELLE RURALE JOSÉ FIDELIS DE MOURA

DANIEL CARNEIRO MENDES

Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
danielmendes2090@gmail.com

RESUMO

O artigo examina a experiência do Letramento Racial Campesino na Escola Profissional do Campo José Fidelis de Moura, localizada no assentamento Bonfim Conceição, em Santana do Acaraú (CE). A iniciativa propõe um processo de reeducação racial que busca reconstruir a ancestralidade negra invisibilizada pelo colonialismo, pelo racismo estrutural e pelo epistemicídio. A pesquisa, extraída de uma dissertação de 2025, apoia-se no materialismo histórico-dialético e utiliza entrevistas, observações e atividades formativas envolvendo educandos, educadores, gestão e a comunidade. A escola, construída pela mobilização popular e pelo MST, articula princípios da educação do campo, como autonomia, identidade camponesa e vínculo territorial. Nesse cenário, o Letramento Racial Campesino torna-se uma prática fundamental para efetivar a Lei 10.639/2003, ao promover o reconhecimento da cultura afro-brasileira e discutir as desigualdades raciais no campo. As formações revelaram grande interesse dos participantes e desconhecimento sobre ancestralidade, racismo e identidade negra, abordando temas como políticas do cabelo, quilombos, contribuições do povo negro e atuação dos movimentos sociais. Os resultados apontam mudanças na prática pedagógica, na postura dos educandos e na compreensão do campesinato como classe de origem negra. Conclui-se que o Letramento Racial Campesino é uma ferramenta indispensável para uma escola crítica, plural e antirracista.

Palavra-chave: Letramento Racial. Campo. Escola.

ABSTRACT

The article examines the experience of *Letramento Racial Campesino* (Peasant Racial Literacy) at the José Fidelis de Moura Rural Professional School, located in the Bonfim Conceição settlement in Santana do Acaraú, Ceará. The initiative proposes a process of racial re-education aimed at reconstructing Black and Indigenous ancestry, which has been historically rendered invisible by colonialism, structural racism, and epistemicide. The research, drawn from a 2025 master's thesis, is grounded in historical-dialectical materialism and uses interviews, observations, and educational activities involving students, educators, school administrators, and the community. The school, built through popular mobilization and the MST, articulates principles of Rural Education, such as autonomy, peasant identity, and territorial rootedness. In this context, *Letramento Racial Campesino* becomes a fundamental practice for implementing Law

10.639/2003, as it promotes the recognition of Afro-Brazilian culture and encourages discussions on racial inequalities in rural areas. The training sessions revealed strong interest among participants and a lack of knowledge regarding ancestry, racism, and Black identity, addressing topics such as hair politics, quilombos, contributions of Black people, and the role of social movements. The results point to changes in pedagogical practice, student attitudes, and the understanding of the peasantry as a class of Black origin. The study concludes that *Letramento Racial Campesino* is an essential tool for building a critical, plural, and anti-racist school.

Keywords: Racial Literacy. Countryside. School.

RÉSUMÉ

L'article examine l'expérience du *Letramento Racial Campesino* (Alphabétisation Raciale Paysanne) à l'École Professionnelle Rurale José Fidelis de Moura, située dans l'établissement Bonfim Conceição, à Santana do Acaraú, dans l'État du Ceará. L'initiative propose un processus de rééducation raciale visant à reconstruire l'ascendance noire et autochtone, historiquement invisibilisée par le colonialisme, le racisme structurel et l'épistémicide. La recherche, issue d'un mémoire de master de 2025, s'appuie sur le matérialisme historico-dialectique et utilise des entretiens, des observations et des activités formatives impliquant les étudiants, les enseignants, la direction de l'école et la communauté. L'école, construite grâce à la mobilisation populaire et au MST, articule les principes de l'Éducation du Champ, tels que l'autonomie, l'identité paysanne et l'ancrage territorial. Dans ce contexte, le *Letramento Racial Campesino* devient une pratique fondamentale pour la mise en œuvre de la Loi 10.639/2003, puisqu'il favorise la reconnaissance de la culture afro-brésilienne et encourage les discussions sur les inégalités raciales en milieu rural. Les formations ont révélé un vif intérêt des participants et un manque de connaissance concernant l'ascendance, le racisme et l'identité noire, abordant des thèmes tels que la politique du cheveu, les quilombos, les contributions du peuple noir et le rôle des mouvements sociaux. Les résultats indiquent des changements dans la pratique pédagogique, dans l'attitude des élèves et dans la compréhension du paysannat comme une classe d'origine noire. L'étude conclut que le *Letramento Racial Campesino* constitue un outil indispensable pour construire une école critique, plurielle et antiraciste.

Mots-clés: Littératie raciale. Campagne. École.

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma análise pedagógica das vivências educativas vivenciadas pela proposta metodológica de Letramento Racial Campesino na Escola Profissional do Campo José Fidelis de Moura, localizada no assentamento Bonfim Conceição, zona rural do município de Santana do Acaraú, no Ceará. A proposta de Letramento Racial Campesino consiste em um método pedagógico que visa o processo de reeducação racial direcionado a camponeses e camponesas. No caso em questão, daremos notoriedade a comunidade escolar da José Fidelis de Moura.

É importante ressaltar que a construção desse trabalho científico, parte de um recorte da dissertação defendida pelo autor no início ano de 2025, tendo como título “a educação das relações étnico-raciais na Escola de Ensino Médio Profissional do Campo José Fidelis de Moura, localizado no município de Santana do Acaraú, Ceará”.

No que se refere ao método adotado direcionado ao Letramento Racial, pode-se afirmar que ele se constituiu a partir de uma abordagem formativa que articula a linguagem culta e a coloquial. Tal método foi desenvolvido no contexto da atuação como

Coordenador¹ do I Fórum de Negros e Negras de Sobral, função que exigia a capacitação tanto dos integrantes do coletivo, quanto de outros sujeitos externos — como escolas, universidades, centros de reabilitação e empresas — para a compreensão e o fortalecimento das relações étnico-raciais.

De modo geral, o público atendido nas formações estava inserido em contextos periféricos, apresentando formas de expressão, gestos e costumes característicos da classe trabalhadora, frequentemente marcados pela marginalização social. Diante disso, não seria adequado adotar um debate exclusivamente acadêmico; ao contrário, tornou-se necessário recorrer a estratégias metodológicas de caráter popular, a fim de dialogar efetivamente com o público que se pretendia alcançar, o qual integra a realidade social dos sujeitos enquanto atores políticos e detentores de direitos.

No contexto do campo, ao se aplicar a mesma lógica, trata-se igualmente de uma população pertencente à classe trabalhadora, historicamente marginalizada e precarizada, frequentemente percebida socialmente a partir de estereótipos construídos com o objetivo de promover sua inferiorização social e racial.

Ao abordar a temática das questões étnico-raciais no campo, seja nas escolas, associações de moradores, formações de movimentos sociais e partidários, entre outros espaços, o camponês, na maioria dos casos, ainda é compreendido como sujeito ausente de cor e inferior ao cidadão. Neste caso, a ausência de cor refere-se ao ato de apagar a história, ancestralidade e cultura do povo negro camponês, levando-o a um pensamento reducionista e irreal sobre si mesmo. (Brasil de Fato, 2024)

Ao realizar uma busca no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), percebe-se que raros são os dados existentes acerca da população negra camponesa, tendo um certo “esquecimento” no quesito cor para com essa população. A história nos revela que os quilombos e os agrupamentos indígenas de resistência, possuem origem no campo. Todavia, na maioria dos casos, o epistemicídio oculta a realidade desses povos.

O epistemicídio é um termo que remete ao ato de apagamento dos saberes dos povos que foram historicamente dominados, como os indígenas e a população negra. É uma forma de menosprezo e hierarquização do conhecimento, em que o homem branco, através do norte global, utiliza das suas ferramentas para ocultar outros saberes que não estejam dentro da sua realidade, como é o caso dos saberes provindo do continente

¹ Daniel Mendes atuou como Coordenador do I Fórum de Negros e Negras de Sobral. Um movimento social apartidário que visa o acolhimento de negros e negras dos mais diferenciados territórios de Sobral e região. Suas atividades estão voltadas a reuniões mensais e atividades de acolhimento social.

africano ou da América Latina. Não é à toa que o rol de conhecimento dos currículos dos cursos de geografia do país, pouco se utilizam de autores negros e mulheres, colocando em prática um conhecimento único e homogêneo.

A seleção da Escola do Campo José Fidelis de Moura fundamenta-se na necessidade de produção de estudos acadêmicos voltados à compreensão das relações étnico-raciais, tomando como referência a educação do campo no estado do Ceará. Por questão de tempo e complexidade, entendeu-se que não havia uma viabilidade de estudar todas as 12 escolas do campo espalhadas pelo estado. Dessa forma, devido à proximidade territorial e a viabilidade partindo do núcleo gestor local, direcionamos nossos estudos para a José Fidelis.

No quesito metodologia, pode-se dizer que o trabalho se baseou em uma leitura marxista por meio do materialismo histórico e dialético, portanto, entendendo a sociedade como local de intensas contradições de classe, tendo de um lado a classe dominante e do outro o proletariado. Da mesma forma, direcionamos a pesquisa à um método qualitativo, sendo realizadas entrevistas com sujeitos que fazem parte da realidade da José Fidelis de Moura, como o Presidente da Associação dos Assentados, a Diretora da José Fidelis, educandos locais, assim como um pequeno questionário que auxiliou em uma melhor leitura da realidade racial local.

Com este trabalho, esperamos auxiliar em pesquisas que visem o debate a respeito das questões étnico-raciais no campo brasileiro, porquanto, há uma escassez da temática quando o assunto em questão é direcionado ao campesinato. Majoritariamente, os trabalhos acadêmicos que estudam a questão racial no Brasil, ainda estão direcionados a cidade como objeto de pesquisa.

Falar das questões étnico-raciais no campo, é acima de tudo compreender sua originalidade, isto é, o campo brasileiro possui origem a partir dos povos indígenas e populações negras que foram expropriadas, vítimas do capital por meio da lei de terras de 1850. Nessa época, somente quem possui condições financeiras poderia ter acesso à terra, excluindo e levando a marginalidade diversos grupos sociais.

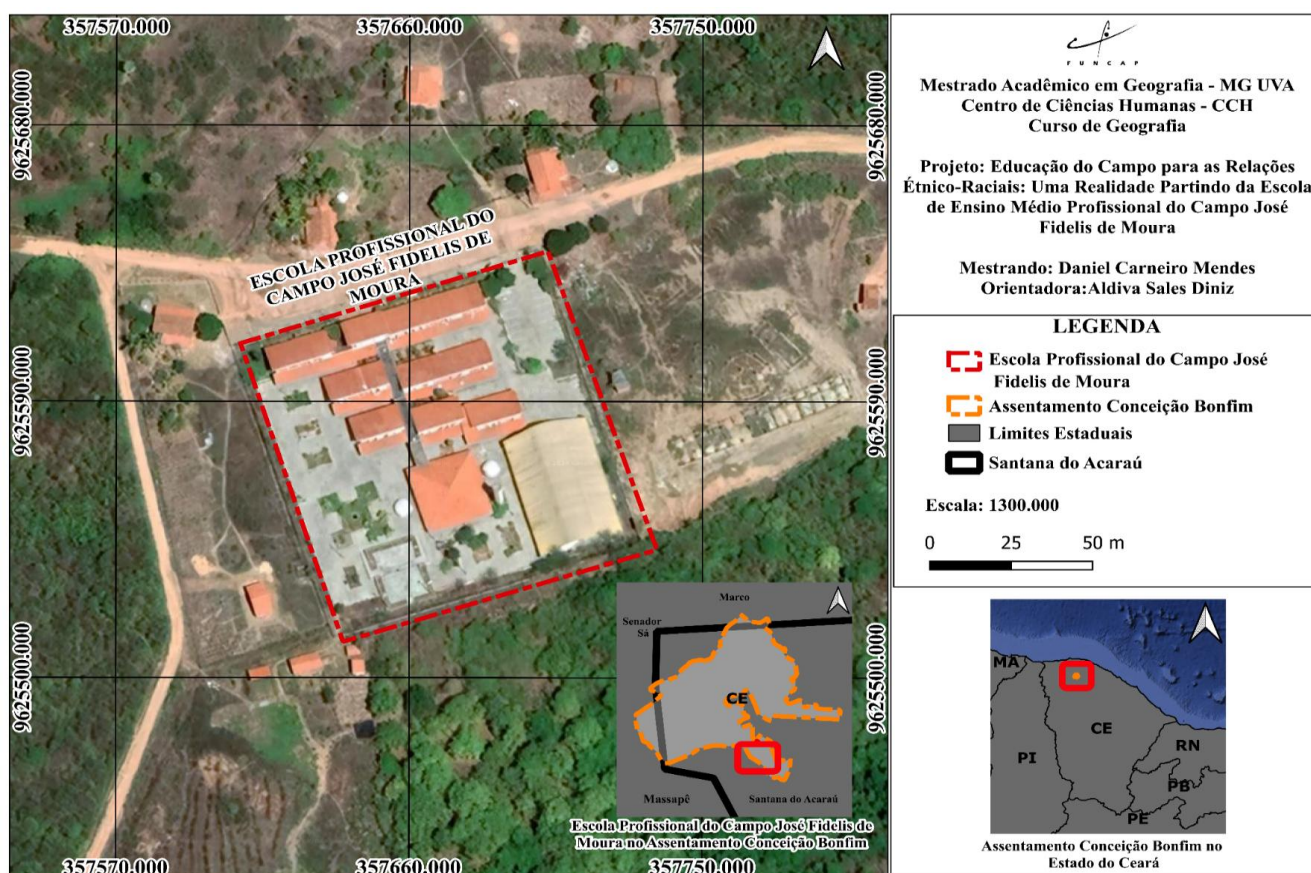
É importante lembrar que nem sempre a terra teve valor monetário, sendo antes visualizada como dádiva da natureza, local de respeito, trabalho e vida. Todavia, com a ascensão do modo de produção capitalista, a ideia da terra como mercadoria foi tida como inexistente em solo brasileiro.

DESENVOLVIMENTO

A Escola Profissional do Campo José Fidelis de Moura, resultante da mobilização coletiva dos residentes do assentamento Bonfim Conceição, em articulação com militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem, nos últimos anos, estruturado sua organização política com vistas à consolidação de um ambiente educativo progressivamente antirracista, plural e socialmente comprometido com o novo.

A José Fidelis fica localizada, assim como aponta a ilustração de número 01, a cerca de 20 km de distância da sede do município de Santana do Acaraú, pertencente a região noroeste do estado do Ceará. Sua inauguração ocorreu no ano de 2016, pelo então governador Camilo Santana.

Figura 01. Localização geográfica da escola do campo José Fidelis de Moura.



Fonte: Q-GIS, 2018. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022.
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 2022.

Sua pedagogia baseia-se na modalidade de ensino da educação do campo, proposta educativa firmada no final do século XX, com direção dos movimentos sociais do campo que almejavam uma educação que respeitasse e encarasse o camponês como construtor da sua própria realidade. Entender o campo como local de trabalho e vida também é tido como um dos princípios dessa modalidade de ensino. A esse respeito, concordamos com Oliveira (2010) ao descrever o que seria o paradigma da educação do campo:

O paradigma da educação do campo busca reunir o conhecimento da classe trabalhadora no campo e a cultura camponesa, para construir uma identidade que lhe é própria. Os seus ideólogos são os próprios sujeitos dessa educação, que trabalham e vivem no campo e seus processos de formação pelo trabalho, pela produção de cultura, pelas lutas sociais, que por muitos anos foi tratado de modo preconceituoso, discriminatório. (Oliveira, 2010, p.77)

A gênese da educação do campo compreende o sujeito camponês como autônomo perante a sua própria realidade, sendo, nesse sentido, um dos construtores da proposta pedagógica da educação do campo. Proposta esta que respeita plenamente a identidade do camponês, assim como seu acervo cultural, costumes e conhecimentos singulares. A ordem é: “não sair do campo para poder ter acesso à escola. Educação do campo é direito e não esmola²”.

Assim, concordamos com Molina ao apresentar algumas peculiaridades que a essa modalidade de ensino apresenta enquanto proposta pedagógica:

A especificidade da Educação do Campo, em relação a outros diálogos sobre educação deve-se ao fato de sua permanente associação com as questões do desenvolvimento e do território no qual ela se enraíza. A afirmação de que só há sentido no debate sobre Educação do Campo como parte de uma reflexão maior sobre a construção de um Projeto de Nação, popular e revolucionário, e o chão inicial capaz de garantir o consenso dos que se reúnem em torno desta bandeira. (Molina, 2006, p. 10)

Em meio ao debate em torno da formação social do campesinato brasileiro, há o entendimento que negros e negras trouxeram inúmeras contribuições para a formação do território brasileiro, seja do ponto de vista estrutural, social, religioso, econômico, cultural, culinário, musical, educacional, entre outros aspectos. (Picos, 2024, p. 40)

²Palavra de ordem do MST que visa o respeito ao direito e acesso à Educação do Campo.

Portanto, nessa perspectiva, a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), atrelada à pedagogia da educação do campo, legitimada pela Lei de número 10.639/2003, é tida como instrumento de excelência, que de forma estratégica, torna-se extremamente necessária nas escolas do/no³ campo, assim como na cidade, ao abordarem junto ao educador e educando, outra forma de pensar a negritude. (Brasil, 2024)

A Lei 10.639/2003 é um dispositivo jurídico promulgado no primeiro mandato do então — e atual — presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Na época, por meio das intensas lutas do Movimento Negro Unificado (MNU), da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), da UNEafro Brasil, do Geledés – Instituto da Mulher Negra, entre outros coletivos sociais, foi conquistada a obrigatoriedade, nas escolas públicas e privadas, do campo e da cidade, da discussão sobre a história e a cultura da população africana e afro-brasileira no ambiente escolar, conforme descreve o Artigo 26 da referida Lei.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Brasil, 2003)

A escola, como um dos *lôcus* de repassasse de conhecimento⁴, seja entre professores, alunos, funcionários, comunidade e núcleo gestor, precisa, mais que nunca, se adequar aos debates que envolvem as opressões, e aqui, de modo específico, citaremos o racismo, uma opressão sistêmica que relaciona a hierarquização de brancos contra pretos, pardos e indígenas. Uma visão controversa e criminosa, que possui origem no modo de produção capitalista.

Em suma, o racismo é uma estrutura inventada pelo sistema capitalista que implanta preconceitos sobre a cor de certos povos para organizar e justificar a opressão. Cox considera que esses preconceitos fisiológicos, étnico e linguísticos, foram escolhidos pela sua funcionalidade no momento de distinguir distintas classes de trabalhador, uns mais explorados que os outros.

³ Escolas *no* campo indica apenas a localização geográfica da escola. Ou seja, são instituições que estão situadas em áreas rurais, mas que nem sempre dialogam com a realidade, a cultura e os modos de vida das populações camponesas. Diferente das escolas *do* campo, que possui uma pedagogia de ensino diferenciado, valorizando a identidade e pertença do camponês.

⁴ Existem outras formas de repasse do conhecimento, como por exemplo, a oralidade, utilizada por povos tradicionais, como os africanos e os indígenas.

Dessa forma, o racismo é funcional dentro de certos grupos e porque introduz no seio da classe operária a competição e a desunião. Contudo, não foi uma estrutura que esteve na gênese do sistema, senão que aparece quando este inicia sua implantação mundial desde o século XVI. (Pico, 2024, p. 82-83)

Como bem descreve Pico (2024), o racismo em sua essência possui origem no capital enquanto modo de produção, no período das grandes navegações. Ora, os países imperialistas da época (Inglaterra, França, Portugal, Holanda e Espanha), necessitavam, segundo sua visão, expandir seus territórios, para assim possuírem colônias de exploração que enriquecessem ainda mais a Coroa. Dessa forma, a ideia de racismo nasce como estratégia expansionista, isto é, as terras conquistadas deveriam ser exploradas do ponto de vista “trabalhista”, não pelos próprios europeus, porquanto, o clima local, tropical, não ajudaria, pois provavelmente morreriam nas altas temperaturas. O que restou foi o escravagismo dos povos africanos, que segundo os europeus, estavam perfeitamente adequados ao clima tropical, além de possuírem bom porte físico para os trabalhos manuais dos mais rudes possíveis. (Pico, 2024, p. 80)

A escola enquanto ambiente da diversidade, precisa estar atenta as contradições da sociedade e de alguma forma abordá-la em seio escolar. Dessa forma, a José Fidelis, por meio do processo de Letramento Racial Campesino, coloca em prática a pedagogia que visa uma escola antirracista e plural.

Vale ressaltar que esse processo ocorre a longo prazo, sendo um ato contra hegemônico. Ora, ainda existe inúmeras dificuldades de se abordar essa temática em sala de aula, porquanto, não há um orçamento específico partindo das esferas de governo para a sua efetivação. Dependendo assim, das políticas de governo. O ideal seria que fosse uma política de Estado, para ser algo permanente.

Mas de fato, o que seria o Letramento Racial? Ao falamos sobre letramento ou letramentos, entendemos que ler e escrever vai além da noção de compreender uma língua e seu funcionamento. Assim, é correto pensar que, para formar leitores, é necessária a leitura de diversos gêneros literários, bem como escrever com constância e até mesmo ler um assunto sobre um olhar a partir de diferentes perspectivas. O mesmo vale para a inscrita. Portanto, letrar-se, nessas condições, resulta em uma prática política. Paulo Freire, nessa perspectiva, nos alerta que nada é neutro, tudo é político (Pedagogia da Autonomia, 1996), porquanto:

Afinal, se não há neutralidade nas práticas de ensino, ao decidir o que ensinar e como atuar nesse processo, poderemos nos comprometer com a legitimação ou com a transformação dos nossos currículos, dos livros didáticos, do que

constitui e como são organizadas nossas escolas, bibliotecas, museus. Em síntese, é preciso implementar outras perspectivas, construir novas formas de olhar, de entender e de significar nossa história e nossas identidades. (Geledés, 2017).

Construir outra perspectiva, é fundamental para o processo de ensino e aprendizagem transmitido pelo Letramento Racial. É um ato de desconstruir formas de agir e pensar que foram naturalizados pela atual civilização. Se não assumirmos que nossa sociedade é fundamentada em classes, norteada ideologicamente pelo eurocentrismo e que é alicerçada pela lógica do privilégio branco, estaremos em sala de aula e em outros ambientes educacionais, transmitindo uma falsa ideia de igualdade e equidade, prolongando assim uma sociedade racista.

O Letramento Racial nos leva a compreender e visualizar nossa verdadeira história enquanto população negra e afrodescendente, assim como entender o porquê de nossos corpos estarem apontados como alvos constantes de ataques de marginalização e esquecimento histórico. Há sérios problemas no olhar de uma sociedade que identifica, classifica e discrimina as pessoas a partir de determinados códigos e práticas pautados pelo racismo. Quantas pessoas negras famosas na arte ou acadêmica você conhece? Por que será que pouco se sabe a respeito da história e da atuação de homens e mulheres negras na construção do nosso país? Há por trás desses silêncios um pressuposto de que a cor da pele determina funções e lugares a serem ocupados. (Geledés, 2017)

Normalmente, essa temática é voltada ao público citadino, acontecendo de forma isolada no campo. Dessa forma, ao utilizar o letramento Racial como prática pedagógica na José Fidelis, percebemos a necessidade de adequar algumas informações com à realidade camponesa.

A *priori*, precisamos entender que a origem do campo, no Brasil, é negra e indígena. Voltando ao passado, em 1500, os diversos agrupamentos indígenas, que aqui estavam, viviam organizados em tribos, na filosofia do bem comum, se sustentando por meio da caça e da pesca. O trabalho era feito para suprir as necessidades imediatas do grupo, não havendo preocupação com acúmulo, assim como não existia apropriação privada da terra, sendo está um bem de todos, ou seja, pertencia ao coletivo. Assim sendo, não tinham noção de governança no modelo de Estado moderno que estava se instalando na Europa.

Negros e negras, foram clandestinamente trazidos para o Brasil no início do século XVI, sendo o país o que mais importou pessoas escravizadas da costa do continente africano, contabilizando cerca de 7 milhões de homens, mulheres e crianças, o

equivalente a mais de um terço de todo o comércio dos países do continente americano. (IBGE, 2000)

Ao ser escravizada, essa população, oriunda dos mais diferenciados territórios da África, iniciou sua longa jornada de resistência e resiliência em terras estrangeiras, por meio das “armas” que estavam a sua disposição, como o domínio da língua local e a organização de rebeliões que resultariam na construção de quilombos. A citação a seguir, nos leva a refletir sobre o assunto em análise.

Os quilombos eram comunidades formadas por africanos escravizados e seus descendentes. Essas comunidades eram formadas por escravos que fugiam da escravidão, sendo um local onde viviam em liberdade e resistiam à escravidão. Nos quilombos não viviam apenas africanos escravizados, mas também índios e brancos livres. O primeiro quilombo de que temos conhecimento é da segunda metade do século XVI, na Bahia, mas o maior quilombo da história brasileira foi o Quilombo dos Palmares, no estado de Alagoas. Nesses locais, os quilombolas produziam tudo o que necessitavam para a sua sobrevivência e realizavam comércio com moradores vizinhos (Mundo Educação, 2020).

Costumes, cultura e linguajar, são apenas alguns dos exemplos dos povos do campo que remetem a sua ancestralidade negra, conforme expõe o questionário realizado com os educandos das escolas José Fidelis, do qual 100% dos que responderam, se alto declaram pardos. A diretora⁵, os educadores e a Superintendente da 6ª CREDE⁶ também se reconhecem como tal, como bem descrevem ao afirmarem na entrevista. Isso só confirma a origem dessa população. Vejamos o que a diretora da José Fidélis falou sobre isso:

Foi difícil para mim, mas hoje eu me reconheço como mulher negra. Difícil assim, porque o povo discrimina a gente, fala mal do nosso cabelo. Mas posso dizer com certeza que o Movimento me auxiliou bastante para me entender enquanto mulher negra e ter orgulho do que eu sou. Isso é tão bom! ((Valderli Souza, 22/04/2024)⁷.

Os assentamentos organizados pelo MST são reflexos dos quilombos da época imperial. Esses assentamentos são locais de organização, formação e luta, territórios repletos de sujeitos que almejam construir uma sociedade baseada na igualdade e respeito.

Ao tratar sobre essa temática com o público da José Fidelis, ficou perceptível o quanto é necessário trazer para o centro do debate a questão das nossas origens. Muitos

⁵ A então diretora da época, Valderli Souza.

⁶ Coordenadoria Regional de Desenvolvimento de Educação (CREDE). Na época, a vaga estava sobre responsabilidade da Professora Joelma Maria.

⁷ Fala da atual Diretora da Escola de Ensino Médio Profissional do Campo José Fidelis de Moura, Valderli Souza. Entrevista realizada em 22 de abril de 2024.

ficaram curiosos para investigarem mais a fundo sobre o assunto, mostrando que a maioria não sabia a respeito da sua própria ancestralidade. A imagem a seguir, de número 02, expõe o momento de formação do Letramento Racial realizado na José Fidelis.

Figura 02. Letramento Racial Campesino na Escola do Campo José Fidelis de Moura.



Fonte: Acervo pessoal (2024).

As formações sobre Letramento Racial na José Fidelis, eram voltadas para todos os sujeitos que faziam parte da escola, conforme podemos analisar na ilustração acima, que retrata a diversidade do público local, pois entendemos que todo o corpo escolar necessita de formação para se torna cidadãos antirracista.

A prática do Letramento Racial, também se fez presente na reformulação do Projeto Político e Pedagógico (PPP) da escola. Na ocasião, o coletivo demonstrou interesse após um processo formativo, em trazer de forma mais específica o assunto sobre as questões étnico-raciais para o ambiente escolar. Na fala dos educadores, fica nítida a percepção histórica e social ao entenderem que o campo possui origem negra e que é mais que plausível reeducar seus educandos para essa realidade.

No total, foram realizadas três formações com o objetivo de promover o Letramento Racial na Escola. Dentre elas, duas ocorreram em sala de aula — uma no

formato presencial e outra on-line — e a terceira foi realizada com o coletivo de educadores, também de forma presencial. Essas formações aconteceram em diferentes ambientes e envolveram sujeitos distintos. O principal objetivo desses encontros foi promover a reeducação de um público campesino que, assim como ocorre na cidade, apresentava percepções equivocadas e inverdades sobre a população negra, transmitidas ao longo dos anos como verdades absolutas.

A figura a seguir retrata o encerramento de um desses momentos formativos sobre letramento racial. Na imagem, é possível observar os educadores, juntamente com o núcleo gestor local, entregando um presente ao mediador do encontro.

Figura 03. finalização de um dos momentos voltados para o Letramento Racial.



Fonte: acervo pessoal (2024).

O primeiro encontro foi realizado no mês de novembro do ano de 2023, pelo turno manhã. Na ocasião, educandos da 1ª série A e B, educadores, gestão escolar e alguns outros funcionários se fizeram presentes. Nesta ocasião, tivemos uma manhã formativa voltada para a relação do camponês com as questões étnico-raciais. Trazendo ao centro da discussão, assuntos que remetiam de como o campo é forjado a partir dos seus ancestrais negros e negras, e como isso atualmente se faz presente no cotidiano do campesinato, por meio da agricultura, cultura e religiosidade. Da mesma forma, buscamos reeducar aqueles e aquelas que estavam ali presentes, em relação à importância de

entendermos as contradições que envolvem a população negra do país, partindo de um contexto histórico e social.

Esse momento revelou-se de suma relevância para que os participantes pudessem reconhecer-se enquanto população afrodescendente e apreender a profundidade de sua importância como um dos alicerces mais expressivos da identidade e da trajetória histórica do Brasil. Os povos africanos e seus descendentes desempenharam um papel estruturante na conformação social, econômica, política e cultural do país, levando, ainda, um patrimônio de resistência que necessita ser devidamente resgatado. A valorização dessa historicidade mostra-se imprescindível para a edificação de um Brasil mais justo, equitativo e afro referenciado⁸.

O depoimento a seguir demonstra a importância que teve esse momento:

Rapaz, é muito bom ter o Movimento Negro na escola através de formações e vivências. Depois que o Fórum começou a palestrar aqui, tivemos muitos ganhos para os alunos. Muitos tiveram a mudança de pensamento, viu. Isso faz com eles parem que dizer certos nomes que são preconceituosos, que fiquem pensando que são menores por serem negros. Esses movimentos sociais estão aí pra nos ajudar a construir uma realidade melhor, né! Em um mundo muito injusto e cruel pro negro. Eu gosto desse Movimento (Nacelio Santos, 22/04/2024)⁹.

Da mesma forma, o educando a seguir, reitera a transformação do seu modo de perceber as questões étnico-raciais, após participar do momento formativo:

Eu gostei muito da formação daquele dia, porque tinha coisas que eu não sabia o que era e que agora eu sei. Eu apreendo muitos com os movimentos sociais porque eles lutam em defesa de nós, né? Tipo assim, eu gostei muito quando foi falado sobre os nomes que temos que parar de usar por ser preconceituoso, eu usava até alguns, mas é aquela coisa, quando a gente não sabe ainda vale, mas quando a gente sabe e não faz não pode. Tomara que escola tragam mais formações como aquela. (19/05/24)¹⁰

O segundo momento se deu em junho de 2024, em uma formação do coletivo de educadores e educadoras da José Fidelis. A ação partiu de um convite proposto pela direção da escola ao Laboratório de Agrárias e Estudos Territoriais (LAET). O diálogo daquele momento tinha como objetivo, partindo da Professora Aldiva, que foi a facilitadora do espaço, de apresentar métodos e reflexões a cerca de um dos Componentes Curriculares Integradores da Educação do Campo, a disciplina de Projeto, Estudo e

⁸ “Afroreferenciado” refere-se a algo que tem como base, referência ou centralidade as culturas, histórias, saberes e perspectivas de origem africana ou da população negra.

⁹ Entrevista realizada no dia 22 de abril de 2024, na escola do campo José Fidelis de Moura.

¹⁰ Entrevista realizada no dia 19/05/24.

Pesquisa (PEP). No meu caso, em um determinado momento, após a fala da palestrante, expus a necessidade da relação Universidade e escola para a construção de projetos e oficinas voltados para a permanente discussão das relações étnico-raciais no contexto camponês.

E por fim, o terceiro encontro, que aconteceu no mês de outubro de 2024, por meio do auxílio do professor Valdir Amorim, diretor de turma do 2º ano C. Este momento não era unicamente para apresentar falas relacionadas ao tema, mas também para explicar aos educandos como seria o funcionamento do questionário, já que era preciso explicar algumas terminologias que os estudantes não se sentiam tão familiarizados a pedido do educador.

Em relação às temáticas que eram discutidas, uma se destacava pela profundidade em se conhecer a mais no coletivo, isto é, a política do cabelo, que era um dos assuntos que mais movimentava as discussões nas formações.

O cabelo, para negros e negras, sempre foi um símbolo de beleza e ancestralidade. Antes da escravidão, a forma, o corte e os adereços, podiam informar as origens, a etnia, as religiões e até mesmo o status social daquele sujeito. A partir do momento que houve o tráfico negreiro, essa relação com o cabelo foi rompida.

Nas colônias, negros e negras, quando eram vendidos na condição de escravos, tinham suas cabeças raspadas forçadamente como sinal de humilhação e abnegação dos seus costumes. Soares descreve o quão humilhante era esse processo para esse povo. Uma ação com vistas a humilhação.

Buscavam minar qualquer tipo de pertencimento étnico e identificação que eles pudessem ter uns com os outros a partir do cabelo. Há relatos que a raspagem do cabelo era parte importante desse processo de subjugar a população negra, principalmente homens, o que acarreta sérios problemas, porque o cabelo protege o couro cabeludo num trabalho sob sol escaldante. As sinhás, com ciúmes de mulheres violentadas pelos homens brancos, também usavam a raspagem como prática de tortura. (Soares, 2018, p. 40).

No Brasil, no século passado, o movimento negro buscou romper com essa lógica racista que visualizava o cabelo crespo como sinal de feiura, sujo e animalesco. Hoje em dia, o movimento da política do cabelo só cresce, objetivando o empoderamento de negros e negras a partir dos seus traços negroides, de modo que a política do cabelo vem sendo um tema cada vez mais discutido.

Nos debates da José Fidelis, os educandos sempre mostravam interesse sobre o assunto. Ao perguntar o motivo, muitos afirmavam casos de racismo que sofriam pelo fato de possuírem um cabelo crespo, e que isso lhes causavam bastante dor. No questionário, 80% dos educandos manifestaram ter sofrido racismo em algum momento da sua vida, e o cabelo, em algumas ocasiões, era a principal característica dos ataques. Como resultado de uma formação contínua para as questões étnico-raciais, alguns dos estudantes viram-se motivados e encorajados para assumirem seus cabelos de forma natural.

Letrar-se racialmente é um processo contínuo e que requer maturidade para desconstruir certos pensamentos e práticas que foram propagadas no intuito de diminuir, humilhar ou apagar a verdadeira história da população negra.

Entende-se que o processo formativo de Letramento Racial, realizado na José Fidelis de Moura, foi e é de grande valia para a construção de uma escola que tenha como um dos valores centrais o antirracismo, proporcionando aos seus educandos e demais membros do corpo escolar, um ambiente que trabalhe a diversidade de forma ampla e justa, mostrando o valor do campesinato em suas origens, à negritude.

CONCLUSÃO

A análise das práticas formativas desenvolvidas no âmbito do Letramento Racial Campesino na Escola do Campo José Fidelis de Moura, demonstra que a articulação entre educação do campo e Educação para as Relações Étnico-Raciais, constitui um caminho pedagógico imprescindível para a construção de uma escola socialmente referenciada e comprometida com a justiça racial. Ao reconhecer a origem negra e indígena do campesinato brasileiro, a escola rompe com perspectivas homogeneizadoras e urbanocêntricas, que historicamente desconsideram a pluralidade étnica existente no campo. Dessa forma, o trabalho empreendido reafirma a necessidade de reposicionar a negritude como elemento constitutivo da história, da cultura e da identidade camponesa.

As experiências formativas descritas evidenciam que o Letramento Racial Campesino não se limita a transmitir conteúdos, mas implica a reorganização das formas de ver, sentir e compreender a realidade. O envolvimento de educadores, educandos, núcleo gestor e comunidade demonstra que a reeducação racial, quando conduzida a partir de referenciais críticos e dialógicos, fortalece a consciência histórica e a capacidade de autorreconhecimento dos sujeitos. Nesse sentido, a escola torna-se espaço privilegiado de

enfrentamento ao epistemicídio e de reconstrução simbólica, contribuindo para a superação de estigmas e preconceitos enraizados.

Os resultados observados, especialmente nos depoimentos dos educandos e educadores, revelam que as formações promovidas impactaram de forma significativa a percepção da própria identidade racial, estimulando processos de autoestima, pertencimento e valorização da ancestralidade. Temas como a política do cabelo, as origens africanas do povo brasileiro e a presença histórica dos quilombos possibilitaram que os participantes ressignificassem experiências de dor e discriminação, identificando-se como herdeiros de uma trajetória de resistência coletiva. Esses elementos reforçam a urgência da continuidade de práticas pedagógicas antirracistas no contexto escolar.

Além disso, as ações apresentadas mostram que a escola, enquanto locus de produção e reprodução de saberes, deve assumir papel ativo na desnaturalização das desigualdades raciais, reconhecendo o racismo como uma estrutura social vinculada ao modo de produção capitalista e às formas históricas de exploração. A incorporação do debate racial ao Projeto Político-Pedagógico, bem como a abertura para parcerias com movimentos sociais e universidades, demonstra que a José Fidelis de Moura caminha para consolidar um projeto educativo crítico, emancipatório e coerente com a realidade dos sujeitos do campo.

Portanto, conclui-se que o Letramento Racial Campesino, ao ser implementado de forma sistemática e contextualizada, contribui para o fortalecimento de uma pedagogia do campo que valoriza a diversidade e combate as opressões estruturais. A experiência analisada evidencia que práticas formativas comprometidas com a memória, a identidade e os saberes ancestrais dos povos negros, ampliam horizontes de emancipação e transformam a escola em território de luta, reflexão e reconstrução histórica. Assim, o presente estudo reafirma a necessidade de que outras instituições escolares do campo e da cidade incorporem propostas semelhantes, garantindo que a educação brasileira avance na direção de um projeto de sociedade verdadeiramente democrático, plural e antirracista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL DE FATO. **O Movimento Negro e a Constituição de 1988**: uma revolução em andamento. 2019. Disponível em: < <https://www.brasiledefato.com.br/especiais/o-movimento-negro-e-a-constituicao-de-1988-uma-revolucao-andamento#>>. Acesso realizado em: 08 de outubro de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

MOLINA, Mônica Castagna. **A Educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas.** In: Educação em perspectiva, Viçosa, v. 6, n.2, p. 378-400, jul./dez. 2015. p. 385.

OLIVEIRA, Maria Edilara Batista. **Terra, trabalho e escola:** a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba. (Dissertação de Mestrado) UFPB/CCEN. João Pessoa, 2010.

PICO, Daniel Montañez. **Marxismo Negro:** pensamento descolonizador do Caribe Anglófono. Tradução: Eveline da Silva. São Paulo: Editora Dandara, 2024. 390p. 16x23cm.

PORTAL GELÉDES. **Letramento Racial:** um desafio para todos nós. 2017.

SOARES, Anita Maria Pequeno. **Cabelo importa:** os significados do cabelo crespo/cacheado para mulheres negras que passaram pela transição capilar / Anita Maria Pequeno Soares, 2018. 173 f.: il.; 30 cm